

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.495.436 - MS (2019/0122433-1)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : CLARO S.A
ADVOGADOS : AOTORY DA SILVA SOUZA - MS007785
RENATA DE CÁSSIA MORAES NICODEMOS - MS018240
AGRAVADO : PRO-INFO ENERGIA ININTERRUPTA E INFORMATICA
EIRELI
ADVOGADOS : ANDRESSA NAYARA MOULIE RODRIGUES BASMAGE
MACHADO - MS012529
LEONARDO BASMAGE PINHEIRO MACHADO - MS011814

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL DE 2015. AÇÃO DE NULIDADE DE COBRANÇA, COMBINADA COM DANOS MORAIS. DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO FEDERAL TIDOS POR CONTRARIADOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA 211/STJ. ACÓRDÃO RECORRIDO. EXCLUSÃO DE MULTA CONTRATUAL. ENTENDIMENTO DIVERSO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE MATÉRIA PROBATÓRIA E REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO ÓBICE DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por CLARO S.A contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul que inadmitiu o seu recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado (fl. 626, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE NULIDADE DE COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS - TELEFONIA - CONTRATO COM CLÁUSULA DE PERMANÊNCIA - CONSUMIDOR CORPORATIVO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Nos contratos em que seja pactuado o prazo de permanência

Superior Tribunal de Justiça

com consumidor corporativo, a prestadora de serviços de telefonia deve garantir a possibilidade de contratação da permanência por 12 meses conforme o estipulado em ato normativo da autarquia especial.

Nas razões do recurso especial (fls. 653-664, e-STJ), a recorrente apontou, além da existência de dissídio jurisprudencial, violação dos seguintes dispositivos normativos: arts. 10 e 141 do CPC/2015; e arts. 188, inciso I, e 422 do CC, sustentando, em síntese: a) houve violação da garantia da recorrida em aderir ao plano em outra modalidade de prazo de fidelidade, uma vez que tal fato não foi objeto de impugnação específica pelo recorrido; b) julgamento fora dos limites propostos pelas partes; c) a recorrente agiu no exercício regular do seu direito como credora; e d) inobservância do *pacta sunt servanda* já que tinha conhecimento dos moldes da contratação e nada fez para buscar a sua alteração, apenas agora, após o fim do contrato.

Contrarrazões apresentadas às fls. 689-698, e-STJ.

Em decisão monocrática (fls. 700-704, e-STJ), foi inadmitida a subida do apelo nobre, razão pela qual foi interposto o agravo em recurso especial às fls. 706-715, e-STJ).

Contraminuta apresentada às fls. 718-725, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal não merece prosperar.

Inicialmente, registra-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo 3 do Plenário do STJ, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No que se refere à indicada afronta aos arts. 10 e 141 do CPC/2015; e arts. 188, inciso I, e 422 do CC, tal pleito não pode ser conhecido, uma vez que não

Superior Tribunal de Justiça

houve emissão de juízo de valor sobre a matéria regulada nesses artigos pelo Tribunal de origem, apesar da oposição dos embargos de declaração, o que atrai a aplicação do óbice da Súmula 211/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. PEDIDO DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. POSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVA. SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DE CUSTAS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. O recurso é inviável, por aplicação do enunciado n. 7 da Súmula do STJ, quando as alegações em que se funda a pretensão recursal colidem com os pressupostos fáticos assentados no acórdão recorrido. Precedentes.

2. Inadmissível o recurso especial referente à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo (enunciado n. 211 da Súmula do STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1019174/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 05/04/2018)

Além disso, no que interessa ao julgamento do presente conflito de interesses, o Tribunal local, ao apreciar o conjunto probatório carreado aos autos, bem como ao interpretar as cláusulas do contrato entabulado firmado entre as partes, manteve a sentença que concluiu pela exclusão da multa contratual cobrada pela empresa recorrente, consoante se observa nas seguintes fundamentações decisórias a seguir delineadas (fls. 558-559, e-STJ):

Verifico a requerida anexou às f. 124-125, as cópias do "Termo de Contratação - Pessoa Jurídica", assinado pela autor em 04/02/2016. Além disso, na cópia do contrato de permanência (f. 30-31 c/c f. 124-129), contém todas as cláusulas inerentes a contratação dos serviços, bem como o "termo de adesão ao módulo gestor on-line" às f. 130-131.

Em análise aos documentos juntados, vejo que no contrato de permanência (f. 30), assinado pelo autor na data 04/02/2016, a cláusula 1.1 dispõe acerca do comprometimento do contratante em permanecer vinculado ao plano de serviço oferecido e aderido pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, o que se

Superior Tribunal de Justiça

distancia das determinações da ANATEL.

(...)

Dessa forma, compulsando os autos, vislumbro que a rescisão do contrato se deu no mês de março do ano de 2017 (f. 34-36), ou seja, após o prazo de 12 (meses) de permanência, sendo este o prazo máximo determinado pela ANATEL. Logo, não é devida a multa por quebra de contrato, prevista na fatura de f. 37.

Diante de tais considerações, a reforma de tal entendimento exige o reexame do conjunto probatório carreado aos autos, como também o reexame do regramento contratual ajustado entre os litigantes, tarefa inadmissível em sede de recurso especial, em face do impedimento das Súmulas 5 e 7 desta Corte.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. (...) CONFLITO DE INTERESSES DECIDIDO COM BASE NA ANÁLISE DAS PROVAS CARREADAS AOS AUTOS, BEM COMO PELA INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO ENTABULADO ENTRE AS PARTES. ENTENDIMENTO DIVERSO. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DOS ÓBICES DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. HONORÁRIOS RECURSAIS FIXADOS EM OBSERVÂNCIA AOS PARÂMETROS LEGAIS PREVISTOS NO § 2º DO ART. 85 DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no AREsp 1089367/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 18/12/2018) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO. PRORROGAÇÃO TÁCITA CONFIGURADA. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. O Tribunal estadual deixou assente que houve prorrogação tácita do prazo contratual pelas partes, bem como, em razão da inadimplência, a necessidade de indenização por danos materiais. Reverter a conclusão do Tribunal local para acolher a pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos e a análise e interpretação de cláusulas contratuais, o que se mostra impossível ante a natureza excepcional da via eleita, consoante os enunciados n. 5 e 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1336153/RJ, Rel. Ministro

Superior Tribunal de Justiça

MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018)

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Relator

